

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum

Aline Ferreira Antunes
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2021

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum

Aline Ferreira Antunes
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

istock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: uma nova interpretação para um conceito comum / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-257-6
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.576210807>

1. Ciências humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra da Atena Editora feita com vistas a temas transversais e interdisciplinares. Cada capítulo é uma contribuição diferente à ciência brasileira e sul americana, contando com trabalhos inclusive sobre a Amazônia Boliviana e o Peru.

Além disto, ensino, matemática, história, filosofia e direito também estão presentes nesta obra, seja apresentando projetos desenvolvidos, ou reafirmando a importância dos já em curso no Brasil, como o PIBID.

Encontramos também um artigo que pensa o ensino virtual e sua complexidade, diante de uma pandemia que nos força a modificarmos e repensarmos nossa vida pessoal e profissional, sobretudo no campo da educação, o que demonstra, além da importância da divulgação de tais pesquisas, a própria problematização do tema.

Capítulos dedicados à exploração da temática memória e identidade, cidade e urbanização, subjetividade, dentre outros, estão aqui presentes, bem como sobre tensões identitárias, e temas que são cada vez mais urgentes como as subjetividades negras e a necessidade urgente de igualdade de gênero.

Esta obra em específico apresenta dois artigos que discutem a medicina alternativa do Reiki e outro que problematiza o uso medicinal da *Cannabis sativa*. Isto é, todos os temas aqui presentes são atuais, altamente articulados com as discussões científicas nacional e internacionalmente.

É neste amplo *hall* de assuntos que convidamos vocês a prestigiarem cada capítulo e suas discussões teórico-metodológicas. Esperamos que tais trabalhos possam inspirar mais e mais publicações como um ato de resistência ao sucateamento e ataque às pesquisas científicas, às universidades e à educação de maneira geral.

Boa leitura!

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O ENSINO VIRTUAL E SUA COMPLEXIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Maria Geni Pereira Bilio

Leyze Grecco

Ana Mary Bilio Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108071>

CAPÍTULO 2..... 10

PROJETO CARIÑO: CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA MARCA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO EMOCIONAL

Letícia Cabral da Silveira Sanches

Nicole Curtinovi Martins

Anerose Perini

Carmen Maria de Quadros Galvão

Luiza Trapp da Silva

Luciana Flores

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108072>

CAPÍTULO 3..... 23

MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ALTO/MÉDIO JEQUITINHONHA-MG

Aderval Costa Filho

César Augusto Fernandes Silva

Edivaldo Ferreira Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108073>

CAPÍTULO 4..... 40

OBSCURECIDOS: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS NEGROS E INDÍGENAS, AS IDENTIDADES CULTURAIS BRASILEIRAS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Evelyn de Souza Santiago Candido da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108074>

CAPÍTULO 5..... 51

EFEITO AUTORREFLEXIVO DAS OBRAS CINEMATOGRAFICAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DIREITO

Ronaldo Blecha Veiga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108075>

CAPÍTULO 6..... 64

A VIDA VIRTUOSA COMO CONDIÇÃO PARA A FELICIDADE SEGUNDOARISTÓTELES

Brucily Vieira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108076>

CAPÍTULO 7	72
A DIALÉTICA DO PROGRESSO EM ADORNO	
Livia Santos Brisolla	
Luís César de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108077	
CAPÍTULO 8	82
TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO E QUESTÃO RACIAL	
Miriam Gontijo de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108078	
CAPÍTULO 9	95
NEGRAS E NEGROS NAS MARCAS DISCURSIVAS DE CANTIGA DE CAPOEIRA	
Lúcia Jacinta da Silva Backes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5762108079	
CAPÍTULO 10	102
NEGRAS, NEGROS, SUBJETIVIDADES EM MOVIMENTO	
Maria das Graças Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080710	
CAPÍTULO 11	116
DA PROTEÇÃO DA MULHER NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E A IGUALDADE DE GÊNERO FRENTE AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA	
Fernanda Xavier de Souza	
Márcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080711	
CAPÍTULO 12	130
A DEMOCRATIZAÇÃO DOS SIGNOS PARA LEITURA MUNDO E SUJEITO SOCIAL	
Marcilma Rossilene de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080712	
CAPÍTULO 13	141
MEMÓRIAS DE APRISIONAMENTO: DISCUTINDO O CONCEITO DE INSTITUIÇÃO TOTAL À LUZ DE UMA INSTITUIÇÃO PSIQUIÁTRICO-PENAL	
Randiza Santis Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080713	
CAPÍTULO 14	149
DIREITO À CIDADE, PARTICIPAÇÃO POPULAR E URBANIZAÇÃO: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO	
Thalita Alves Silva Ribeiro	
Priscylla de Freitas Cavalcante	

Jorge Vinícios Silva Gondim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080714>

CAPÍTULO 15..... 163

O PAC NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR: O PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO JARDIM MARAMBAIA

Flávia Iankowski Claro Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080715>

CAPÍTULO 16..... 180

ANÁLISE DO DESEMPENHO EDUCACIONAL SOB ASPECTOS FAMILIARES UTILIZANDO DADOS DO SARESP

Bruna Christina Battissacco

Camila Fernanda Bassetto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080716>

CAPÍTULO 17..... 193

A GASTRONOMIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA INOVADORA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Ana Carolina Leite Gomes

Marlon Martins Moreira

Richarlisson Henrique Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080717>

CAPÍTULO 18..... 203

A TRANSVERSALIDADE COMO MÉTODO PARA ABORDAGEM DE ASSUNTOS ATUAIS: *Aedes aegypti*

Lívia Paschoal Tancler

Amanda Thaís Godoy

Camila Maria Munhoz Felipe

Lílian Sauer Albertini

Valdir Gonzalez Paixão Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080718>

CAPÍTULO 19..... 207

FUNCIONAMENTO DO REIKI E DO CAMPO ENERGÉTICO HUMANO: UM DIÁLOGO ENTRE WILHELM REICH, KI E FÍSICA QUÂNTICA

Victor Pfister Lacerda Moreira

Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080719>

CAPÍTULO 20..... 224

LEGALIZAÇÃO DO USO MEDICINAL DA *CANNABIS SATIVA*: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE HUMANA

Caroline Leite de Camargo

Celany Queiroz Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080720>

CAPÍTULO 21.....239

SERINGAIS NATIVOS DO RIO MAMU: PAISAGEM CULTURAL E IDENTIDADE NA FLORESTA PANDINA BOLIVIANA

Francisco Marquelino Santana

Josué da Costa Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080721>

CAPÍTULO 22.....247

A PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EXTERNA DO PERU

Tainá Dutra de Assumpção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080722>

CAPÍTULO 23.....256

OS REFLEXOS DA VIDA E OBRA DE DARWIN CONTEXTUALIZADOS EM UMA TERTÚLIA DIALÓGICA

Sheila Pires dos Santos

Shirley Pires de Souza dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57621080723>

SOBRE A ORGANIZADORA.....266

ÍNDICE REMISSIVO.....267

CAPÍTULO 3

MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ALTO/MÉDIO JEQUITINHONHA-MG

Data de aceite: 01/07/2021

Aderval Costa Filho

Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG, Coordenador do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

César Augusto Fernandes Silva

Especialização em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais pela UFBA, Graduação em Ciências Socioambientais pela UFMG, Membro do Programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

Edivaldo Ferreira Lopes

Mestre em Estudos Rurais e Licenciado em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática pela UFVJM; Agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT/MG

Projeto apoiado pela *Adveniat für die Menschen in Lateinamerika* pela Comissão Pastoral da Terra – CPT/MG. O projeto também contou com as parcerias do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNM – Campus Araçuaí, do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV e outras organizações sociais, como a Coquivallee Sindicatos de trabalhadores rurais.

RESUMO: Este trabalho visa demonstrar as atividades realizadas pelo Projeto Mapeamento

dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, entre 2018 e 2019, especificamente nesta edição do projeto, com foco na região do alto e médio Vale do Jequitinhonha. O Projeto visa empoderar e dar visibilidade às comunidades que ainda encontram-se à margem da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia social; quilombo; povos e comunidades tradicionais.

ABSTRACT: This work aims to demonstrate the activities carried out by the Mapping Project of Traditional Peoples and Communities of Minas Gerais, between 2018 and 2019, specifically in this edition of the project, focusing on the region of the upper and middle Vale do Jequitinhonha. The Project aims to empower and give visibility to communities that are still on the margins of society.

KEYWORDS: Social cartography; quilombo; traditional peoples and communities.

Este trabalho visa demonstrar as atividades realizadas pelo Projeto Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, entre 2018 e 2019, especificamente nesta edição do projeto, com foco na região do alto e médio Vale do Jequitinhonha. O Projeto visa empoderar e dar visibilidade às comunidades que ainda encontram-se à margem da sociedade.

Esse empoderamento e inclusão sociopolítica são viabilizados através de palestras e oficinas, envolvendo diversos atores sociais, com o intuito de capacitar quanto aos direitos assegurados e políticas públicas

voltadas para esses públicos.

São também realizados levantamentos etnográficos e diagnósticos em termos do histórico de ocupação e uso do território, produção, formas de sociabilidade, projetos em desenvolvimento e a serem implementados, participação política e protagonismo social, visando à auto sustentação econômica, social, política e cultural das comunidades envolvidas, além de identificar os principais problemas ou conflitos que enfrentam.

Esses povos e comunidades tradicionais estão há décadas, algumas há século(s) resistindo e lutando pelos seus direitos, entretanto esta categoria é relativamente nova na esfera jurídica, acadêmica, social e governamental. Conforme esses grupos foram reivindicando seus direitos e saindo da invisibilidade que se encontravam, houve a necessidade do governo intervir, assegurando alguns direitos para essas comunidades.

A reprodução de modos de vida marcados por vínculos territoriais, pela estreita dependência dos recursos naturais, por processos de autoidentificação, o reconhecimento pela sociedade de pertencerem a uma cultura diferenciada, as formas de parentesco, compadrio e sociabilidade com ênfase na ascendência comum, a importância dos rituais e conhecimentos tradicionais ligados ao cultivo, à criação de animais, à pesca, à coleta de frutos e outras atividades, dentre outros, são aspectos que caracterizam os povos e comunidades tradicionais (COSTA FILHO, 2015).

Assim, utiliza-se neste estudo a noção de comunidades tradicionais para definir grupos humanos diferenciados, sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES E ARRUDA, 2001: 62).

Na medida em que estes grupos começaram a se organizar localmente, emergindo da invisibilidade em que se encontravam, surgiu a necessidade de balizar a intervenção governamental junto aos mesmos. Neste sentido, em dezembro de 2004 foi instituída, no âmbito do Governo Federal, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

O objetivo desta Comissão era estabelecer uma Política Nacional específica para esses segmentos, apoiando, propondo, avaliando e harmonizando os princípios e diretrizes das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais nas esferas federal, estaduais e municipais. A Política Nacional foi construída com ampla participação da sociedade civil, e foi decretada aos 7 de fevereiro de 2007 (Decreto 6.040).

Do ponto de vista conceitual, o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, bem como a Lei Estadual de 21.147, de 14 de Janeiro de 2014, estabelecem um conceito operativo para fins de direito, onde “povos e comunidades tradicionais” podem ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas

próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

São conquistas dos povos e comunidades tradicionais e dos movimentos sociais no Brasil o reconhecimento dos direitos diferenciados e a proteção estatal constante no texto constitucional. Além do Capítulo VII da Constituição Federal (particularmente os artigos 231 e 232, que tratam especificamente dos direitos territoriais e políticos dos povos indígenas) e do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (relativo à regularização de territórios quilombolas), os artigos 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizacional brasileiro, e o artigo 216 afirma constituir-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Em termos de diplomas legais, cabe considerar também as Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, com ênfase na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT . O artigo 1º da Convenção e o parágrafo 1, a, dizem que ela se aplica, “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições, ou por legislação especial”.

Dizer que esta Convenção se aplica aos povos tradicionais em geral não quer dizer que eles vivam em “tribos”, mas que eles preenchem todas as condições que a lei exige dos “povos tribais”, isto é: têm estilos de vida tradicionais e uma cultura e modo de vida diferentes dos outros setores da sociedade nacional; têm costumes e formas de viver e trabalhar diferentes; e têm leis especiais que só se aplicam a eles. Tão evidentes são estas características que o próprio Estado brasileiro as reconheceu e, exatamente por isso, criou dispositivos legais especiais para tratar desses povos e comunidades.

Além da Convenção 169 da OIT, ressaltam-se também a Convenção da Diversidade Biológica, ratificada pelo Brasil em 1998; a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007); a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). Todas essas ações e marcos visam diminuir um pouco da desigualdade existente entre “povos e comunidades tradicionais” e demais cidadãos brasileiros.

Foram também promulgadas várias leis estaduais favoráveis aos Povos e Comunidades Tradicionais e seus modos de vida, a exemplo da Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, bem como está em trâmite na Câmara dos Deputados Projeto de Lei (PL) 7.447, que “estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais”.

O objetivo precípua de tais leis é tornar a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais uma política de Estado, assegurando continuidade nos processos de reconhecimento e proteção aos grupos tradicionais historicamente excluídos e/ou negligenciados pelo poder público.

Sabemos que boa parte dessas comunidades encontra-se ainda na invisibilidade, silenciada por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas política e socialmente. Sabemos também que boa parte dos conflitos ambientais no Brasil resulta da invasão de seus territórios tradicionais e comprometimento dos recursos ambientais que utilizam tradicionalmente, com impactos diretos ou indiretos sobre esses povos e comunidades e seus modos de vida.

Little (2002) ressalta fatores como “a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados mostram na atualidade” (LITTLE, 2002: 23). Quanto à etnogênese do conceito de povos tradicionais e seus subsequentes usos políticos e sociais, o referido autor afirma que o conceito surge para englobar grupos sociais distintos que defendem seus territórios frente à usurpação de antagonistas, outros grupos sociais ou mesmo do Estado-nação.

Almeida (2006: 22-23) menciona a incorporação das expressões “populações tradicionais”, “comunidades tradicionais” na legislação competente e sua adoção pelo governo na definição dos seus aparatos burocrático-administrativos. Cita inclusive a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e sua composição paritária, integrando representações de seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, geraizeiros, comunidades e povos de terreiro, comunidades de fundo e fechos de pasto, faxinais, pantaneiros, dentre outros grupos sociais tradicionais.

O mapeamento social em questão se insere nos processos de “mapeamento participativo”, que segundo Acselrad (2009) geralmente se consubstancia a partir da colaboração de múltiplos agentes, sejam eles membros ou não da comunidade a ser mapeada, advindos de variadas posições sociais e perfis profissionais, sendo o objetivo comum de mapear o laço que os une. Uma vez que a maior parte das experiências de “mapeamento participativo” está inserida em contextos de demandas territoriais, há, por parte destas ações, uma busca por criar uma nova territorialização que tenta redefinir a relação das pessoas com o Estado e com a nação (ACSELRAD, 2009: 33).

Segundo O’Dwyer (2018), os povos tradicionais designam “uma diversidade de situações sociais que têm como denominador comum, condições de existência consideradas contrastivas à “modernidade” [...] à margem das representações de “desenvolvimento” e [...] dos poderes econômicos e políticos hegemônicos.” (O’DWYER, 2018: 35). Trata-se, portanto, de categoria utilizada no contexto “dos processos de construção de Estados-Nações “modernizantes”, e engloba identidades sociais e políticas construídas em relação

ao arcabouço constitucional e jurídico atual (...), como garantia de reconhecimento e reprodução dos seus modos de fazer, criar e viver.” (O’DWYER, 2018: 35).

A primeira etapa deste projeto foi à realização de contatos com organizações de apoio aos povos e comunidades tradicionais, bem como setores de órgãos públicos que atuam na defesa e implementação dos seus direitos. Nessa oportunidade, foram apresentados os objetivos do Projeto, sua metodologia e pactuada a coparticipação do órgão ou entidade. Esta etapa foi imprescindível, pois possibilitou um levantamento preliminar dos povos e comunidades tradicionais existentes na região ou microrregião, tendo em vista que essas organizações e entidades já atuavam há mais tempo junto aos mesmos. Esta etapa aconteceu em abril de 2018.

A segunda etapa foi a realização de oficinas com lideranças das comunidades. Nessas oficinas foram abordados os seguintes conteúdos: análise histórica do conceito de “povos e comunidades tradicionais”; aparato jurídico-formal; direitos assegurados e instituições responsáveis pela sua implementação; processos de territorialização; desafios inerentes à ordem do direito e das políticas públicas como, por exemplo, a questão das comunidades atingidas pela mineração e por parques, ou ainda pela especulação imobiliária e (des)ordenamento urbano e outros conflitos socioambientais; importância do território, da memória, das práticas sociais comuns para os povos e comunidades tradicionais; processos de territorialização; conflitos socioambientais; território, memória, identidade, saberes tradicionais ligados ao uso dos recursos naturais, práticas sociais. Nas oficinas são também realizadas dinâmicas e atividades de grupo, a fim de construir, previamente, noções sobre os modos de vida ali presentes, bem como sobre suas territorialidades específicas, possibilitando uma primeira perspectiva sobre em que consiste a tradicionalidade desses povos e comunidades.

Foram realizadas quatro Oficinas de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, com aproximadamente 70 pessoas, nos municípios de Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte e Turmalina.

A oficina realizada em Turmalina ocorreu em julho de 2018, no centro de formação do CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. Participaram da Oficina representantes de 17 comunidades (Morrinhos, Monte Alegre, Gentio, Gameleira, Cabeceira do Mato Grande, Vendinhas, Poço D’Água, Leão, Boa Vista, Mato Grande, Olhos D’água, Campo Alegre, Boiada, Porto Velho, Fanha, Degredo e Porto Corís) dos municípios de Turmalina, Veredinha, Capelinha e Leme do Prado. Esta oficina teve o apoio do CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e do Instituto Federal do Norte de Minas – Campus Araçuaí.



Figura 1 e 2: Oficina de Direito de Povos e Comunidades Tradicionais em Turmalina.

A Oficina realizada em Chapada do Norte foi realizada em agosto de 2018, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte. Participaram da oficina representantes de 13 comunidades (Água Suja, Cuba, Faceira, Gravatá, Poções, Tolda, Comunidade de Pinheiro, Bem posta, Manoel José, Porto Servano e São João dos Marques, Córrego do Rocha e Córrego do Xexém, além de moradores da sede municipal) do município de Chapada do Norte.



Figura 3 e 4: oficina de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais de Chapada do Norte.

A Oficina realizada em Berilo ocorreu em novembro de 2018, na Associação Rural de Assistência a Infância - ARAI. Participaram da Oficina de Berilo representantes das 15 comunidades (Sanim, Água Limpa, Setubal, Caititu do Meio, Tabuleiro, Ribeirão, Brejo, Santo Isidoro, Rocha Grande, Alto Caititu, Mocó dos Pretos, Cruzeiro, Córrego do Rocha, Morrinhos e Jenipapo dos Pintos, além de moradores da sede municipal de Berilo), dos municípios de Berilo e Itinga. A oficina teve o apoio do CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, do Instituto Federal – Campus Araçuaí, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva CEDEFES, da ARAI, da COQUIVALE, da Prefeitura de Berilo e da N’Golo – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais.



Figura 5 e 6: Oficina de Povos e Comunidades Tradicionais de Berilo.

A Oficina realizada em Araçuaí foi realizada em março de 2019, no Instituto Federal do Norte de Minas – Campus Araçuaí. Participaram da Oficina representantes de 19 comunidades (Comunidades quilombolas de Báu, Jirau, Córrego do Narciso, Arraial dos Crioulos, Mutuca de Cima, Bela Vista, Córrego do Bonito, Santana, Malhada Branca, Vai Vir - Coqueiro e Ouro Fino -, Veredas, Jenipapo, Tocoíós de Minas, Morinhos, Córrego do Rocha, Martins e povos indígenas Aranã, Aldeia Cinta vermelha Jundiba – Pankararu-Pataxo, Apukaré – Pankararu) dos municípios de Araçuaí, Coronel Murta, Virgem da Lapa, Itinga, Francisco Badaró, Berilo e Jenipapo de Minas.

A etapa seguinte foram as incursões a campo para coleta de dados nas comunidades que participaram das oficinas de direitos. Nesta fase foram realizadas entrevistas em profundidade com idosos/idosas e lideranças de cada comunidade, visando caracterizar as relações históricas, sociais, culturais, econômicas e religiosas das mesmas e seus respectivos territórios, possibilitando visibilizar também os conflitos internos e externos e demandas mais urgentes. Após este trabalho o ponto de GPS foi colhido em cada comunidade, servindo de base para a confecção do mapa onde poderá ser visualizada a localização dos Povos e Comunidades Tradicionais da região.

O Programa Mapeamento realizou as incursões a campo para coleta de dados nas comunidades que participaram das oficinas, e outras indicadas por estas como “tradicionais”.

Em Virgem da Lapa, foram coletados os dados das comunidades Cafundó, Campinhos, Almas, Cardoso, Curral Novo, Gravatá, Pega, Rosário, Jequitibá e Bugre. Esta atividade ocorreu em junho de 2018.

Do município de Turmalina, Veredinha, Capelinha e Leme do Prado, foram coletados dados nas comunidades de Boiada, Campo Alegre, Boa Vista, Gentio, Leão, Porto Corís, Gameleira, Mato Grande, Monte Alegre, Olhos D’água, Poço D’água e Vendinha. Esta atividade ocorreu em setembro de 2018.

Em outubro de 2018, foram coletados dados quantitativos e qualitativos nas comunidades do município de Berilo: Alto Catitu, Catitu do meio, Barra do Ribeirão, Cruzeiro, Estivas, Tabuleiro. No município de Chapada do Norte, foram coletados dados nas comunidades Água Suja, Cruzes das Almas, Alves, Porto Servano, Córrego do Rocha,

Tolda, Faceira, Gravatá, Poções, Cuba. Também foram levantados dados da comunidade Macuco, do município de Minas Novas.





Figura7, 8 e 9: Aplicação de questionário e rodas de conversa.

Por fim, foi realizada a oficina devolutiva do Mapeamento, com o objetivo de compartilhar os dados e resultados das incursões a campo, realizando assim uma caracterização social, cultural, histórica e econômica das comunidades, além de apresentar e discutir os eixos básicos da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, a saber: acesso aos territórios e aos recursos naturais; infraestrutura; inclusão social e cidadania; fomento à produção sustentável. Ou seja, foram feitos vários exercícios relativos aos direitos consubstanciados nas políticas públicas, aos desafios em termos de melhoria de acesso e garantias de direitos.

Foram três as oficinas de devolução: 01 em Turmalina, 01 em Chapada do Norte e 01 em Virgem da Lapa), com 85 lideranças de 38 comunidades de Turmalina, Veredinha, Leme do Prado, Chapada do Norte e Virgem da Lapa. As oficinas de devolução de Berilo e Araçuaí vão acontecer nos meses de novembro de dezembro, respectivamente.

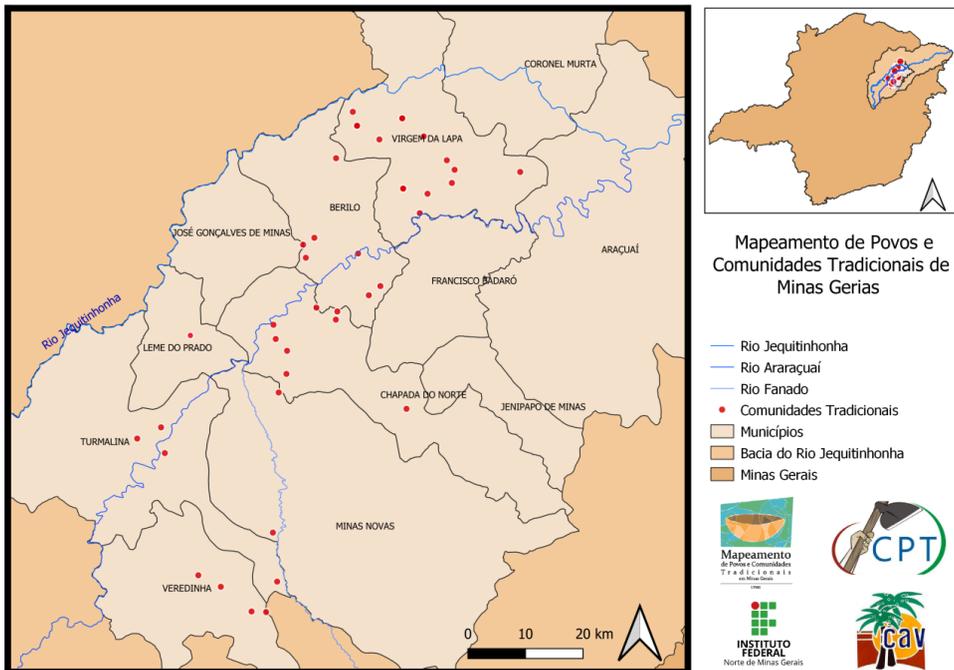


Figura 10: Dados parciais das comunidades Mapeadas.

Os resultados estão sendo construídos em 5 relatórios; Relatório de Turmalina, relatório de Virgem da Lapa, relatório de Chapada do Norte, relatório de Berilo e relatório de Araraçu. O último em fase de construção. Foram entrevistadas 600 Famílias em questionário próprio. Já é possível depreender alguns aspectos sobre as comunidades pesquisadas.

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMILIAIS

Os questionários foram respondidos por um membro da família. A coleta representa de 20% a 40% dos moradores das comunidades. Homens e mulheres responderam o questionário, sendo a faixa etária predominante de 51 a 60 anos, seguida por 42 a 50 anos de idade. Foi possível observar que a maior para dos entrevistados é de casados e que as famílias são compostas majoritariamente de 1 a 3 pessoas, o mesmo acontecendo quanto ao número de filhos. Isso nos leva a inferir que, uma vez considerando a amostra de entrevistados representativa, há um possível envelhecimento dessas comunidades e até mesmo um abandono recorrente por parte dos jovens, sobretudo em busca de melhores oportunidades de renda, trabalho e moradia, de melhores condições de vida.

Sobre a religião dos informantes, foi constatado que a região de Chapada do Norte, concentra a maior parte de católicos, com 93%. Um retrato diferente quando analisado com a região de turmalina, onde 57% se declarou católico e 30 % evangélica.

“A religião aqui, é dividida... Tem católicos e evangélicos”. **Comunidade Jequitibá.**

(...) Tem outras religiões, como evangélica. Tem mãe de santo, pai de santo; não querem ser, mas são. Tem benzedor, benzedeira... Tinha parteira... etc. Aqui também tem folia de reis, que acontece em janeiro(...).” **Comunidade do Pega.**

“É uma festa muito bonita que tem o juiz, a juíza, tem o dono da bandeira, tem o dono do mastro, tem um forró, tem o terço”. **Comunidade de Cardoso.**

Tratando-se de onde nasceu o informante, nas regiões de Chapada do Norte, Virgem da Lapa e Berilo, a maioria dos entrevistados nasceu na própria comunidade. Diferente de Turmalina, onde 56% responderam que não nasceram na comunidade, mas sim em comunidades vizinhas.

Verifica-se que a maioria das famílias está na comunidade há mais de 50 anos, seguido pelas famílias com mais de 25 anos, o que evidencia a profundidade temporal da ocupação e o vínculo de pertencimento da comunidade ao território específico.

“... sobre a história do “o pega”, eu sei que meu bisavô foi amarrado no tronco, do outro lado do rio, quando trouxeram ele, trouxeram amarrado com as mãos para trás. Ele já morreu, mas meu pai me contou, meu bisavô ficou uma semana amarrado no tronco. Então, meu pai contava, minha avó vinha e me contava...”

Comunidade do Pega.

Foi constatado que na região de Turmalina com 42%, Virgem da Lapa com 37%, Chapada do Norte com 26% e 17% em Berilo, os entrevistados possuem casa na cidade, contudo, disseram passar a maior parte do tempo na comunidade a qual faz parte.

Muitos dos entrevistados, mais de 40% só tem o ensino fundamental incompleto e mais de 10% dos entrevistados são analfabetos. Outros 10% possuem o ensino completo.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Sobre a situação fundiária, foi identificado que a herança representa parte expressiva do modo de obtenção das terras. Dentre os herdeiros, verifica-se que a maioria ainda não possui documentação formal referente à propriedade da terra, nem o formal de partilha, enquanto uma pequena parte dos informantes já realizou o inventariado da terra. Estes dados indicam certa vulnerabilidade da condição de posse e uso da terra das famílias entrevistadas.

O tamanho das terras utilizadas pelas famílias compreendeu, em sua maior parte, até 10 hectares. Contudo, cerca de 20% dos informantes não sabem o tamanho de suas propriedades.

“A terra era livre na época, eles chegavam e roçavam. Tem uma pedreira e o local onde eles cavavam na estrema, foram o avô do meu marido Joaquim da Rocha se tivesse vivo teria mais de cem anos. Acredito que a pedreira é do tempo em que eles eram escravizados.” **Comunidade Tolda**

Nem todos tem um título não, tem aquela declaração, a posse da terra, aquilo quando a mãe passou, o pai passou, às vezes não tem o título, mas tem assim que o pai passou. Comunidade Poções

“A gente tem um pedaço da gente trabalhar, são 40 hectares, mas o documento é da Associação. Não tem documento separado, tudo em nome da Associação, só pra uso. Para uso comunitário tem 9 hectares, lá tem lugar de criação, tem a fábrica de farinha, lá tem as casas, aí ficou pra todo mundo, todo mundo pode usar”.

Comunidade Porto Corís

INFRAESTRUTURA DOMÉSTICA

Sobre o abastecimento de água, o abastecimento acontece principalmente por Rio, Córrego e Poços artesanais. Dentre outros tipos encontram-se abastecimento por caminhão pipa, água comprada nos centros municipais, captação da água de chuva, água de barragens comunitárias (represas, lagoas, etc.).

“Primeira carência é o tratamento de água, que tem muito tempo que vêm esses políticos, prometem e nunca resolve. Outra coisa é ter um lugar certo pra pessoa trabalhar sem precisar migrar pra esses lugares longe, igual tem gente aqui que já foi para o Pará... se tivesse lugar para pessoa trabalhar aqui perto...”

Comunidade Poço D'água

“Água aqui é praticamente na Pipa, mas tem pra alguns umas caixa d'água. Tem gente que fez caixa até de 100.000 litros. E tem as barraginhas também. Tem umas nascentinha por aqui, mas é fraca. Segura mais não. Aqui antes nesse córrego, aqui tinha duas nascente, agora cê vai lá pra você ver... tá tudo seca.”

Comunidade Monte Alegre

“A plantação de eucalipto está acabando com as nascentes. Já faz 40 anos isso... Hoje, só temos uma nascente. É uma empresa que planta...”

Comunidade do Rosário.

O sistema de tratamento de água para consumo doméstico mais utilizado é o filtro. Outras formas também são utilizadas como a cloração e a ferverção. O principal sistema de esgotamento sanitário é a fossa (comum e séptica). Já a energia elétrica chega para quase 100% das casas. Na região de Chapada do norte, ainda há 3% das casas sem energia.

“A nossa energia, inclusive, veio através do Luz Para Todos. A escola não tem energia, porque ela estava fechada, né... Ficou fechada por 9 anos; foi uma briga com o Município, para reformar. A escola tem 07 alunos...; uma única sala, dois banheiros e uma cantina...”. Comunidade de Jequitibá.

A maioria dos informantes queima o lixo produzido pela residência. O alto percentual da queima indica certa vulnerabilidade das comunidades em relação à destinação do lixo, o que pode ser um indicativo de falha dos órgãos de limpeza públicos da região. Na

comunidade de Gameleira, em Turmalina, acontece diferente do resto das comunidades, com o transporte do lixo para a cidade mais próxima.

“O lixo aqui, nós... nós enterra e a outra nós queima. Mas a maioria leva pra cidade. Na Escola Família Agrícola mesmo faz o recolhimento e leva pra cidade, porque aqui não tem ponto de coleta, né?” **Comunidade Gameleira**

Os meios de locomoção mais utilizados são, nesta ordem, a pé, ônibus escolar, moto e carro. Dentre outros meios utilizados foram citados caminhão, caminhão de feira, caminhonete fretada, caronas e aluguel de carros de terceiros.

O principal meio de comunicação das famílias é a televisão, sendo utilizado por mais de 80%. Contudo, nota-se a crescente utilização da internet para se comunicar. Na região de Turmalina, esses dados representam mais de 20%. E o principal meio de comunicação com terceiros é o telefone celular.

A existência de escola na comunidade é diferente em cada região pesquisada. Na região de Turmalina, 64% dos entrevistados disseram que não há escola na comunidade, enquanto na região de Virgem da Lapa esta porcentagem é de 71% e 57% em Chapado do Norte. Já na região de Berilo, 92% dos entrevistados disseram que há escola na comunidade.

“Teve um tempo, em 2005, que teve escola na comunidade e movimentava a comunidade. Aqui tinha 70 famílias, hoje tem 16, então ficou inviável a escola.”

Comunidade Olhos D’água

“É porque antes tinha mais crianças né? Tinha creche, mas... e a creche funciona de doze a cinco né? Mas não tem criança né, por isso que a creche acabou”. **Comunidade Campo Alegre**

“Escola mesmo. Muitas comunidades aqui não tem escola. A escola núcleo é aqui, quando as pessoas de outras comunidades vem para aqui”. **Comunidade Vendinhas**

Quando perguntado se há transporte público escolar para as crianças, nas regiões de Turmalina, Virgem da Lapa e Berilo, cerca de 80% dos entrevistados disseram que há e é de boa qualidade. Já na região de Chapada do Norte, apenas 23% disseram há transporte de boa qualidade. Contudo, em todas as regiões, o número de respondentes que disseram que não há transporte é baixo.

“Tinha um grupo na comunidade, mas há seis anos fecharam a escola da comunidade, pois informaram que tinha pouco aluno, mas a estrutura da escola estava ruim e eles preferiram colocar o transporte e transferir os meninos para outra escola. O desejo da comunidade era trazer a escola aqui para o centro da comunidade. O prefeito decretou e veio buscar os meninos, mas não comunicou ninguém não”. **Comunidade Tolda**

SAÚDE

Dentre as doenças mais comuns estão: picadas de animais peçonhentos, doença de chagas, doenças cardíacas, diabetes, câncer e dengue. Também foram citadas arritmia, artrite/artrose, AVC, hipertensão (pressão alta), catapora, colesterol alto, deficiência visual, falta de controle nervoso, hepatite, problemas ortopédicos, paralisia cerebral, psoríase, problemas de coluna, rinite, alergias e surdez. Os informantes disseram utilizar de práticas de cura para tratar alguma doença. As mais utilizadas são os remédios do mato e a benzeção.

PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS

Sobre o programa de redistribuição de renda – Bolsa Família, mais 60% dos entrevistados disseram que recebem ou que já receberam. Dos equipamentos públicos utilizados, o mais comum é o CRAS e 10% informou também que recebe cesta de alimentos de programas governamentais.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Sobre a participação comunitária, 2/3 dos entrevistados informaram que participam de associação comunitária. Percebe-se também a participação em grupos religiosos e sindicatos. Já a participação em grupo cultural e cooperativa é menor.

“Ela traz a maior força para gente. O maior recurso, ela faz força pra vim. Se tem recurso pra vir de fora pra nos, com essa associação esse recurso chega pra nos, com sacrifício, mas chega”. **Comunidade Córrego do Rocha**

PRODUÇÃO E RENDA

As principais atividades produtivas e fonte de renda da família, em ordem de importância, são: plantio, criação, aposentadoria, benefícios sociais, trabalho informal e trabalho assalariado. Aparece também, em menor frequência o garimpo, a pesca, o artesanato e plantas medicinais.

“Trabalhava em roça né, garimpo, e pesca também. O garimpo era o que mais dava um trocado. E caçava também. Mexia com artesanato de rede de pesca, de produção de balaio, cestas, e rede de algodão, cobertor também.. praticamente tudo era produzido na comunidade”. **Comunidade Porto Coris**

“É porque na verdade o artesanato depois começou a desenvolver aí o pessoal criou mais interesse né? A mãe estava fazendo aí os filhos já começavam a fazer também ali, e por aí que começou, virou uma tradição, de pai para filho né?”. **Comunidade Campo Alegre**

“Boi tinha né. Esses boi diminuiu uma porque um tempo atrás as empresa destruiu porque nós sortava e eles corria nessas área tudo aí na chapada e

tudo era a manga do povo. E hoje o boi fica só no curral tá tudo espremido igual a banana na casca como é que pode ter boi né. Não tem cerca as vezes mas se soltar já dá problema”. **Comunidade Boiada**

As culturas mais comuns são o milho, feijão, mandioca, batata, andu, cereais, banana, cana-de-açúcar, abóbora, corante, quiabo, maxixe, feijão de corda, melancia, café, amendoim, batata doce e capim. Dentre os produtos de horta citados destacam-se abóbora, quiabo, amendoim, alface, verduras, andu, alho, cebola, cenoura, cebolinha, salsinha, couve, beterraba, pepino, tomate, almeirão, repolho, mostarda, chuchu, coentro, pimentão. Foi relatado plantio de banana, abacaxi, laranja, goiaba, manga, mamão, limão, acerola, jabuticaba, caju, pequi, coco, jambo, carambola, dentre outras.

Nas comunidades visitadas, as famílias desenvolvem a criação de burros, gado, galinhas, porcos, cavalos, cabritos, patos, peixes. Exercem extrativismo principalmente de boldo, erva cidreira, hortelã, lenha, madeira, pequi, vassoura, cactos, coquinho, castanheira, remédios do mato. Desenvolve principalmente artesanato com argila, barro, couro de boi, palha de milho, costura, crochê. Fazem cadeiras, tambor, tamborete, reco-reco, móveis em couro, porta joias, caixa de folia, tapete de barbante, etc.

A Produção é voltada para consumo, com mais 70 % e em seguida para venda, com 25%. Há também troca e entrega para o governo.

“Nós temos gados. Tem poucos, (...) cada um tem um ou dois. (...) quando plantavam a lavoura e tinha seca, o povo descia para os rios e córregos, para procurar ouro. E ainda hoje, é assim; não é coisa dos antepassados, é nossa. Também plantávamos cana, fazíamos garapa, rapadura, (...), farinha de mandioca”. **Comunidade do Pega.**

“Meu pai plantava, corria muita água nos córrego, ele plantava arroz, feijão, mandioca. O povo não comprava açúcar, não comprava farinha”.

Comunidade de Almas.

MIGRAÇÃO

Percebe-se que há membros da família que trabalham fora da comunidade, em outros municípios e mesmo em outros estados.

“Hoje são poucos. Vai pro corte de cana e pra apanhar café. Mas esse ano já não teve ninguém, hoje em dia tem as máquinas que fazem o serviço, e também os meninos que foram, foram dois daqui, chegam lá as condições são péssimas. Antigamente sim, ia, ficava sofrendo, tomando banho frio, dormindo mal, etc. Hoje em dia, se tiver desse jeito volta. A própria mulher manda dinheiro da passagem de volta pro homem voltar, e ele vem embora. Praticamente a migração não tem mais. O povo tá melhor vivendo aqui, porque se for pra trabalhar e sofrer, trabalha perto de casa”.

Comunidade Porto Corís

COOPERAÇÃO E SOCIABILIDADE

Em todas as comunidades visitadas, os entrevistados responderam que as famílias cooperam umas com as outras. Dentre as formas de cooperação mais encontradas estão a troca de dia, troca de serviço, mutirão, surpresa ou roubo, partilha de alimentos e auxílio a idosos e doentes. Os entrevistados também responderam que há festas religiosas na comunidade. Os Padroeiros são diferentes em cada comunidade.

DEMANDAS ATUAIS

Foi também perguntado sobre as necessidades da comunidade. As mais comuns foram: Acesso a água, estradas, transporte, falta de emprego, acesso a saúde, fomento à produção e acesso à educação.

“Esta foi à comunidade mais sofrida sobre água. Porque aqui muitas vezes as pessoa ficou de fazer comida, não fez a comida por causa de água...” **Comunidade Água Suja**

“As estradas aqui são acessíveis, mas tem aquela questão quando chove acaba, quando tem muita poeira também, dá para andar, mas tem lugar que fica mais difícil de acesso. Quando não vem a máquina para desatolar então piorou, tem ano que passa o ano inteiro sem vir”. **Comunidade Tolda**

“É porque a Chapada antigamente tinha as Veredas, tudo era cheia de água. Parecia um colchão d’água. Você chegava na Vereda, tinha que pisar em cima das touceiras, se balançar, balançava ... era só água e era Cerrado, no início, 72, 73 era Cerrado. Aí chegou a empresa aí, era tudo indígena essas terras”. **Comunidade Campo Alegre**

Quando questionadas sobre os conflitos enfrentados na comunidade, as regiões variam. Na região de Turmalina, os conflitos são: monocultura do eucalipto, unidade de conservação e barragem. Em Berilo, Monocultura do eucalipto, barragem e conflito fundiário. Na região de Virgem da Lapa o conflito é com a mineração, seguido pelo conflito fundiário e a monocultura do eucalipto. Por fim, na região da Chapada do Norte, o conflito é com a monocultura do eucalipto e a falta de acesso as políticas publicas.

Saber quem são, quantos são, onde estão, como vivem e os problemas que enfrentam os Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, particularmente na região do Alto e Médio Jequitinhonha, torna-se imperativo para garantia do seu (re)conhecimento e efetiva proteção da rica sociodiversidade que marca essa porção do estado, demonstrando o poder de resistência e resiliência dos vários grupos culturalmente diferenciados da região.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Mapeamentos, identidades e territórios*. Paper do GT 04: Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. 33º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: ANPOCS, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

COSTA FILHO, Aderval. Os povos e comunidades tradicionais no Brasil. In: Edmilton Cerqueira et al. (Orgs.) *Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

DIEGUES, A. C. S. ; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. Série Antropologia. N° 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. In: *Rev. antropol. (São Paulo, Online)* | v. 61 n. 1: 33-46 | USP, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aedes aegypti 203, 204, 205, 206
Amazônia boliviana 239, 240, 244
Análise bioenergética 207, 209, 211, 215, 217
Aprisionamento 141, 144
Autonomia social 10, 11, 21

B

Barbárie 72, 74, 75, 76, 79, 80

C

Cannabis sativa 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 237, 238
Cantiga de roda de capoeira 95, 97, 98, 100
Cinema 52, 61, 62, 63
Conhecimento 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 38, 43, 47, 48, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 93, 96, 97, 104, 113, 132, 133, 140, 152, 159, 181, 182, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 217, 256, 257, 259, 262, 263
Cultura 10, 12, 21, 24, 25, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 71, 78, 81, 88, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 108, 110, 111, 112, 114, 123, 124, 133, 135, 138, 142, 146, 175, 196, 202, 211, 216, 234, 239, 246, 259, 263

D

Darwin 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265
Democratização 124, 130, 132, 157, 257
Desempenho 175, 178, 180, 181, 182, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 262
Dialética 55, 56, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 160, 221
Dignidade 60, 109, 122, 153, 161, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237
Direito 23, 24, 27, 28, 51, 60, 61, 62, 63, 74, 93, 109, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 135, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 264
Direito à saúde 224, 225, 227, 228, 229, 230
Diversidade 25, 26, 47, 50, 53, 82, 104, 105, 110, 124, 130, 133, 139, 172, 174, 194, 260, 262

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 23, 38, 46, 49, 50, 74, 75, 76, 80, 81, 89, 92, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 116, 118, 122, 123, 127, 130, 131, 132, 133, 139, 140, 155, 156, 161, 180, 181, 192, 193, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 205, 206, 237, 257, 259, 260, 264, 265, 266

Efeito autorreflexivo 51, 53

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 19, 33, 40, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 102, 103, 104, 110, 111, 114, 135, 180, 181, 182, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 206, 223, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266

Ensino de matemática 196, 201

Ensino virtual 1

Equidade racial 102, 103

F

Felicidade 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71

Feminismo 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 123

Ferramentas digitais 1, 3, 5

Filosofia 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62, 63, 71, 73, 92, 94, 136, 140, 153, 161, 212, 216, 226, 237, 245, 264, 265

G

Gastronomia 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202

H

História 33, 40, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 71, 76, 77, 78, 80, 88, 91, 92, 97, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 117, 125, 127, 136, 137, 138, 147, 150, 152, 153, 194, 195, 199, 213, 214, 240, 246, 249, 252, 257, 262, 263, 265, 266

I

Identidade 18, 25, 27, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 82, 88, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 147, 159, 174, 213, 239, 240, 242, 243, 244, 245

Igualdade de gêneros 116, 117, 119, 122, 127

Índigenas 24, 25, 26, 29, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 104, 184, 185, 211, 246

Interdisciplinaridade 194, 204, 206

Isonomia 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 127

L

Legalização 224, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 237

M

Matrix 51, 52, 53, 54, 56, 57, 60, 61, 63, 102

Memórias 59, 92, 95, 96, 97, 106, 113, 133, 141, 146, 148

Memória social 141, 146, 147

Moradia 32, 103, 153, 154, 155, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 176, 179

Mulheres 20, 32, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 105, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 145, 146

N

Negras 49, 82, 84, 87, 88, 89, 95, 96, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110

Negros 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 181, 184, 191

P

Paisagem cultural 239, 240, 242, 243, 244

Participação popular 149, 150, 155, 158, 159, 160, 161, 247, 253, 254

PIBID 203, 204

Pluralismo cultural 130, 131, 132, 133

Política externa 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Políticas públicas 23, 24, 25, 27, 31, 92, 113, 117, 118, 123, 124, 127, 128, 129, 143, 149, 150, 155, 156, 158, 159, 160, 162, 164, 168, 178, 191, 210, 244, 249, 260

Progresso 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 125, 196

Projeto cariño 10

Q

Qualidade de vida 12, 118, 208, 222, 224, 225, 231, 234, 235

R

Raça 44, 46, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 99, 100, 106, 114, 138, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191

Racismo 49, 84, 89, 102, 103, 105, 111, 112, 113, 114, 125

Regressão 72, 74, 75, 76, 79, 80, 156, 182, 187

Reiki 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223

Renda familiar 180, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191

S

SARESP 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192

Seringais 239, 240, 241, 242

Subjetividades 102, 104, 105, 106, 108, 113, 130, 131

Sujeito social 130, 131

Sustentabilidade 10, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 173, 176

T

Teoria da evolução 256, 258, 262, 264

Toque terapêutico 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219, 220

Transformações sociais 1

Transitoriedades 130, 131, 139

Transversalidade 124, 203, 204, 205, 206

Tutela constitucional 116, 126

U

Urbanização 74, 149, 150, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 178

V

Vale do Jequitinhonha 23

Virtude 5, 9, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 76, 77

CIÊNCIAS HUMANAS:

Uma nova interpretação
para um conceito comum



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS HUMANAS:

**Uma nova interpretação
para um conceito comum**



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Atena
Editora

Ano 2021